



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 21 - 22 de dezembro de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Um balanço de Copenhague: reuniões políticas de alto-nível, mas resultados pouco ambiciosos 1
- Ministerial da OMC reanima Rodada Doha, mas ceticismo prevalece 3

BREVE REGIONAL

- UE e países latino-americanos alcançaram finalmente um acordo sobre bananas..... 5

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 6
- Fóruns Regionais 6
- Informações Úteis 6

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Um balanço de Copenhague: reuniões políticas de alto-nível, mas resultados pouco ambiciosos

Todas as atenções voltam-se a Copenhague (Dinamarca), para onde se dirigem de 14 a 18 mil pessoas, 192 delegações de países e dezenas de chefes de Estado para a realização da 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Durante as próximas duas semanas, ocorrerão centenas de reuniões paralelas e inúmeras discussões sobre todas as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Há dois anos, os mesmos países reuniram-se em Bali (Indonésia), onde produziram o Plano de Ação de Bali – um roteiro com vistas a dirigir os acordos celebrados sob a UNFCCC, os quais ainda necessitam de maior cooperação internacional. O resultado mais significativo da UNFCCC consiste no Protocolo de Quioto, assinado em 2005. O documento não contou com a adesão do país que figurava então como principal emissor de gases de efeito estufa (GEEs), os Estados Unidos da América (EUA), que abandonaram a iniciativa enquanto outros países desenvolvidos (PDs) ratificaram o acordo.

Ainda assim, a análise científica e econômica lançada no documento serviu como mensagem aos formuladores de políticas: os rumos da economia atual provocariam consequências catastróficas para o clima. A única alternativa viável consistiria na transição de todas as economias mundiais para um modelo de baixa intensidade em consumo de carbono. Essa opção exige uma decisão global que permita a participação efetiva de todos os países.

Contudo, condições desfavoráveis impediram o avanço do processo. Ao longo dos últimos dois anos, negociações delicadas abordaram cada parágrafo do Plano de Ação de Bali, o que resultou em esboços de texto confusos, que agregaram todas as ideias, mas dificultaram a visão do conjunto da proposta. À medida que terminava a contagem regressiva para Copenhague, os textos evoluíram, e as expectativas sobre o acordo esperado aumentaram.

Esperança em meio às incertezas

Desde que o primeiro-ministro dinamarquês, Lars Lokke Rasmussen, anunciou sua opinião de que Copenhague não resultaria em um acordo vinculante, muitos – especialmente os países menores e mais vulneráveis – têm mostrado ceticismo sobre o que pode ser alcançado na COP 15. Porém, diversos países têm oferecido apoio à celebração de um acordo robusto, com elementos legais que permitam avançar na ação global. Notadamente, Brasil, China e Índia revelaram suas ofertas de redução de emissões e mitigação, demonstrando a disposição das economias emergentes em assumir sua parte no pacote.

Trazer os EUA à bordo constitui tarefa difícil, apesar do apoio declarado pelo presidente estadunidense Barack Obama à ação multilateral em defesa do clima. O país busca editar legislação específica a fim de mobilizar o apoio interno e encorajar o resultado positivo na esfera internacional. Contudo, mais do que ilustrar a intenção dos EUA em tratar a questão climática no âmbito doméstico, os projetos de lei Waxman-Markey e Boxer-Kerry revelaram as preocupações domésticas de política econômica. Os setores industriais insistem que os custos exigidos pela lei em discussão prejudicariam a competitividade das empresas estadunidenses. Reivindicam, assim, a adoção de medidas de ajuste na fronteira como forma de resguardo da competitividade frente a tais custos de adaptação. O argumento de que a lei não seria aprovada sem a incorporação de tais medidas de proteção afetou o já delicado equilíbrio das negociações em andamento e agravou as tensões.

Esta questão está relacionada a outra preocupação do novo acordo: como envolver os países em desenvolvimento (PEDs) e, ao mesmo tempo,

permitir que persigam seus objetivos de desenvolvimento sustentável. Há uma grande disparidade na forma como PDs e PEDs concebem o caminho para promover a mitigação e financiar o combate às mudanças climáticas. O princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” tem constituído um fundamento na tentativa de aproximar os dois mundos. No entanto, a busca por um consenso acerca do teor dessas responsabilidades – ou de como serão conduzidas – ainda não encontrou um denominador comum entre os dois grupos.

Os PDs esperam que os PEDs – e especialmente os emergentes – assumam metas de redução de emissões que sejam “monitoráveis, reportáveis e verificáveis”. Por sua vez, os PEDs insistem que os PDs assumam compromissos mais ambiciosos, de forma consistente com sua contribuição histórica ao problema, e que devem receber assistência financeira e transferência de tecnologia para poderem implementar ações de adaptação e mitigação.

O que esperar de Copenhague quanto às questões comerciais

Comércio e mudanças climáticas interagem no ponto em que questões acerca de crescimento econômico, diversificação e segurança são consideradas. Diversos temas relacionados ao comércio internacional permanecem na pauta de Copenhague. Alguns deles podem ser incorporados aos acordos políticos esperados, enquanto outros podem se tornar objeto de negociação para futuros acordos.

Diversas preocupações relacionadas a competitividade surgem no contexto de novas políticas nacionais e medidas tomadas ou cogitadas a fim de estimular práticas de baixo carbono. A utilização de subsídios encontra-se na mesma fronteira, uma vez que os países procuram apoiar setores como agricultura, transporte, energia e construção a se adaptarem a um mundo de baixo carbono. O impacto de políticas climáticas para os mercados exportadores consiste em preocupação especial para muitos países neste fórum – não apenas para os exportadores de petróleo, mas também de produtos como aço, alumínio e cimento. Há ainda a questão do estabelecimento de padrões internacionais para

diferentes setores, outro tema em que persistem divergências entre PDs e PEDs.

Outras considerações surgem acerca da questão da transferência de tecnologias de baixo carbono. Permanece a dúvida de se as barreiras à transferência funcionarão como obstáculo ou incentivo na luta contra as mudanças climáticas. Setores nacionais precisarão inovar, obter acesso e implementar um leque de novas tecnologias a fim de reduzir suas emissões de GEEs e adaptarem-se às mudanças climáticas. Mas o desenvolvimento, emprego e difusão dessas tecnologias não será barato; tampouco seu acesso será facilmente disponibilizado a todos os países.

A promoção da mitigação e seu financiamento estarão no foco das atenções em Copenhague. De fato, as duas questões, intrinsecamente relacionadas, constituirão o pivô político do novo acordo. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2009, publicado este mês pelo Banco Mundial, será preciso de US\$ 140 a US\$ 175 bilhões anuais para ajudar os PEDs a implementarem medidas com vistas a prevenir o aquecimento acima de 2° C na temperatura global. Os investimentos necessários para auxiliar os PEDs a prepararem-se para os impactos das mudanças climáticas situam-se entre US\$ 30 e US\$ 100 bilhões, adicionais ao valor atual de assistência, de US\$ 100 bilhões. Os custos de adaptação certamente serão elevados proporcionalmente à demora em empreender medidas de mitigação.

O que esperar de Copenhague

As negociações serão conduzidas sob duas frentes – a UNFCCC e o Protocolo. O resultado almejado consiste no acordo político celebrado pelos chefes de Estado presentes ao encontro. Este documento pode conter soluções para o problema das mudanças climáticas, ou apenas declarações menos substanciais. Na primeira opção, ele poderia incluir: (i) novas metas para todos os PDs; (ii) ações de mitigação quantificáveis e verificáveis por parte de alguns PEDs; (iii) definição em relação aos níveis e momento de concessão de financiamento para apoiar ações de mitigação dos PEDs; (iv) criação de novas instituições voltadas a dirigir o financiamento e a transferência de tecnologia; (v) um mandato para um acordo legal

a ser realizado nos próximos seis meses a um ano. Caso não se chegue a um acordo em Copenhague, o acordo atual perderia a eficácia ou o PAB poderia ser reformulado, e assim as negociações prosseguiriam.

Os países podem decidir continuar com as discussões ao definir um novo processo para o seguimento das tratativas em curso. Eles poderiam dividir a negociação em cada um dos tópicos em discussão sob a Convenção – tecnologia, financiamento, mecanismos de balanceamento e adaptação –, os quais os debates não produziram resultados efetivos.

Muito além de protestos veementes e comentários torrenciais, a fim de obter um desfecho positivo em Copenhague, as próximas duas semanas deverão assistir a um ímpeto de vontade política, entendimento técnico e espírito de cooperação, de maneira a preparar o caminho para a ação global.

Texto originalmente publicado em *Bridges Copenhagen Update*, N. 1 – 7 dez. 2009.

Ministerial da OMC reanima Rodada Doha, mas ceticismo prevalece

A sétima Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada de 30 de novembro a 2 de dezembro, cumpriu, em grande medida, as expectativas de alguns delegados. Além disso, a reunião – da qual não se esperavam surpresas e que consistiria em um exercício de revisão das atividades da Organização – gerou certo impulso político à Rodada Doha.

“Foi uma ministerial que valeu a pena, na medida em que mostrou que a OMC ainda está viva”, declarou um representante de um país em desenvolvimento (PED), que acrescentou que estava certo de que o encontro renovaria a atmosfera de otimismo ao menos por um tempo.

Oficialmente, a Rodada Doha não estava incluída na agenda da Conferência Ministerial. No entanto, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, afirmou que

esperava que os membros aproveitassem a ocasião para indicar “como enxergam o compromisso com relação às negociações de Doha após dezembro”.

Os ministros reconheceram a necessidade de definir um calendário tentativo para conduzir as conversações sobre a conclusão da Rodada. O G-20, coalizão que reúne PEDs, acordou, no início da Conferência Ministerial, que deveria haver “uma oportunidade multilateral, no início do próximo ano” para progredir nas negociações. Por sua vez, a posição do Grupo Cairns, que congrega exportadores agrícolas, defendeu a finalização de um acordo marco em agricultura nesse mesmo prazo.

Posto isso, na síntese sobre a reunião ministerial (WT/MIN(09)/18) apresentada pelo presidente da Conferência, o ministro da fazenda do Chile, Andrés Velasco, ressaltou que: “[o]s ministros reafirmaram a necessidade de concluir a Rodada em 2010 e de realizar um balanço no primeiro trimestre do próximo ano”.

Tal chamado, entretanto, “não foi uma decisão oficial”, segundo o embaixador do Chile ante a OMC, Mario Matus, mas houve um “claro entendimento” de que tal reunião poderia ocorrer em março ou abril. Matus enfatizou que ainda não se definiu se a reunião envolverá os ministros.

Toda a atenção sobre Washington

De todo modo, a definição de outro prazo para a conclusão da Rodada Doha não seria surpreendente. Em 2005, 2006, 2007 e 2008, os membros da OMC já haviam tentado chegar a um acordo, mas sem êxito.

Nessa ocasião, muitos dos funcionários advertiram que um dos membros em particular, os Estados Unidos da América (EUA), poderiam provocar a oscilação do processo. Delegados comentam que a administração estadunidense do presidente Barack Obama ainda não se comprometeu completamente com as negociações comerciais.

Um delegado de um PED confirmou esse sentimento. Os EUA constituem o “principal obstáculo” à conclusão da Rodada Doha. Os

funcionários de Washington afirmam necessitar de maior clareza a respeito do que os EUA ganhariam com um acordo em Doha, antes de pedir ao Congresso maior autoridade para negociar (ver *Pontes Diário de Genebra 2009*, <<http://ictsd.org/news/ministerial/geneva2009/bridges-daily-updates/pontes-diario-de-genebra/>>).

Por outro lado, um delegado expressou compreensão com relação à posição estadunidense. “É fácil para as pessoas [culparem os EUA], apontar para um país e afirmar que depende dele”, comentou, ao acrescentar que a situação era muito mais difícil do que aparentava.

Trabalho regular e reuniões bilaterais

As atividades oficiais da Conferência Ministerial também motivaram os membros a se debruçarem sobre o trabalho regular da OMC, agregou o embaixador Matus. A reunião revelou que os dois pilares da OMC – isto é, a implementação e a solução de disputas – estão “bem e vivos”, apesar da complicação observada no terceiro pilar – as negociações propriamente ditas.

A síntese apresentada pelo presidente também fez referência à importância da manutenção de uma dimensão especificamente voltada ao desenvolvimento na Rodada, capaz de incluir países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) e economias pequenas e vulneráveis.

Simultaneamente à Conferência Ministerial, houve numerosos encontros bilaterais, dos quais participaram países latino-americanos. Representantes de Brasil e EUA reuniram-se para tratar da Rodada Doha, mas outras reuniões bilaterais foram dedicadas à análise do *status* de acordos de livre comércio. “Paradoxalmente, utilizou-se a Ministerial para tratar dos tratados de livre comércio, dos acordos bilaterais”, afirmou um delegado.

A linha divisória entre comércio multilateral e regional é bastante evidente. Nesse sentido, a síntese do ministro Velasco refere-se à ideia de apoiar a convergência entre os acordos comerciais bilaterais e regionais e o sistema multilateral de comércio; assim como à solicitação de que o mecanismo de transparência dos acordos regionais

se torne permanente e de que seja submetido a uma análise anual.

Talvez o principal progresso da Ministerial – mas que não constava na programação oficial desta – foi o acordo de comércio Sul-Sul (ver *Pontes Diário de Genebra*, 3 dez. 2009, <<http://ictsd.org/i/wto/geneva/daily-updates-2009/geneva2009-bridges-daily-updates-portuguese/64200/>>). Deste, participaram Argentina, Brasil e México, da parte latino-americana; além de Argélia, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Egito, Índia, Indonésia, Irã e Marrocos.

Em princípio, a próxima reunião ministerial ocorrerá em 2011, seguindo as regras da OMC. O local em que esta será realizada ainda não foi confirmado.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 42 - 9 dez. 2009.

BREVES REGIONAIS

UE e países latino-americanos alcançaram finalmente um acordo sobre bananas

A União Europeia (UE) e os principais países da América Latina exportadores de banana alcançaram, na semana passada, um acordo histórico em Genebra, resultado da longa disputa sobre o regime tarifário europeu incidente sobre a banana.

Atualmente a UE cobra uma tarifa de 176 euros por tonelada às exportações de banana provenientes da América Latina. Com este acordo, tal tarifa será reduzida a 148 euros por tonelada a partir de 15 de dezembro de 2009, com uma série de reduções paulatinas que resultarão em uma tarifa de 114 euros por tonelada.

Em princípio, o cronograma de redução prevê a continuação das reduções até 2017 ou 2019,

dependendo da modalidade acordada. Isto dependerá do fato de haver ou não um acordo na Rodada Doha relativo à redução de tarifas para bens agrícolas e à diminuição dos subsídios (acordo de modalidades). Caso contrário, a redução tarifária poderá sofrer um atraso de dois anos a partir de 2013, quando a tarifa corresponderia a 132 euros por tonelada.

De qualquer forma, o acordo alcançado exige que os produtores latino-americanos de banana renunciem à disputa comercial perante a OMC e que não tentem estabelecer uma nova disputa sobre este assunto.

A banana será excluída de um eventual acordo sobre produtos tropicais e erosão de preferências no marco da Rodada Doha. Tal decisão deverá ser comunicada ao grupo de negociações agrícolas e ao Diretor Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

A disputa sobre o caso das bananas foi o caso mais antigo do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC e teve início em 1996. As consultas haviam sido iniciadas em 1991.

Na agenda do Conselho Geral

Pascal Lamy, por sua vez, comemorou o acordo e ressaltou que as negociações da Rodada Doha deverão ser reanimadas com este mesmo espírito pragmático, criativo e diplomático.

Entre os países latino-americanos envolvidos no acordo encontram-se Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá e Venezuela. Os Estados Unidos da América (EUA) também participaram do acordo, pois, mesmo que não sejam exportadores de banana, ofereceram representações junto aos grandes distribuidores da fruta como Chiquita, Del Monte e Dole.

Os países da África, Caribe e Pacífico (ACP), que também seriam afetados pelo acordo – pois exportam banana para a Europa sem tarifas – estavam inquietos com as negociações. O acordo alcançado, entretanto, prevê 200 milhões de euros em assistência financeira aos países ACP para compensar o novo regime com os países latino-americanos.

Espera-se que as partes finalizem os procedimentos internos de revisão, especialmente no que concerne à UE, que terá de seguir as normas previstas no novo Tratado de Lisboa. Uma vez que o acordo for assinado formalmente, terá efeitos retroativos (ao dia 15 de dezembro) e as tarifas cobradas em excesso serão reembolsadas aos exportadores.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, No. 21 - 15 dez. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

21 de dezembro

Órgão de Solução de Controvérsias

19 de janeiro

Órgão de Solução de Controvérsias

22 de janeiro

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais

25 a 27 de janeiro

Órgão de Revisão de Políticas Comerciais: Malásia

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.aspx?intItemID=2068>>

20 a 22 de janeiro

Reunião de especialistas sobre políticas de desenvolvimento e capacitação em ciência,

Fóruns Regionais

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

25 de janeiro

Fórum Econômico sobre a América Latina e o Caribe

Local: Paris, França

28 de janeiro

Fórum Global sobre Desenvolvimento

Local: Paris, França

27 a 29 de janeiro

Workshop da Convenção sobre Diversidade Biológica: “Mecanismos de financiamento inovadores”

Local: Bonn, Alemanha

27 a 31 de janeiro

Fórum Econômico Mundial

Local: Davos, Suíça

29 de janeiro

Conferência “Regulação: economia política, mensuração e efeitos sobre o desempenho”

Local: Munique, Alemanha

Informações Úteis

Senado aprova adesão da Venezuela ao Mercosul

Em 15 de dezembro, o Senado brasileiro aprovou, por 35 votos a favor e 27 contrários, o protocolo de adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Com a aprovação do Senado, a adesão será promulgada pelo presidente da República. No entanto, isso não garante o ingresso do país ao bloco regional, uma vez que

este ainda depende do Congresso paraguaio, que adiou para 2010 o debate. No Brasil, o processo de aprovação estendeu-se por cerca de dois anos e provocou debates acirrados no Congresso. Em grande medida, a oposição objetava o ingresso de um país considerado autoritário. Para mais informações, ver: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=651083>. Para análises anteriores sobre o processo de aprovação, ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 19, <<http://ictsd.org/i/news/pontesquinzenal/58880/>>.

IEA divulga estudo sobre mudanças climáticas na América do Sul

O Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) lançou, em dezembro, o livro *Public Policy, Mitigation and Adaptation to Climate Change in South America*, que reúne colaborações dos participantes da “III Conferência Regional sobre Mudanças Globais: América do Sul”, realizada em novembro de 2007. O documento – editado por Pedro Leite da Silva Dias (LNCC/MCT e IAG-USP), Wagner Costa Ribeiro (IEA e FFLCH-USP), João Lima Sant'Anna Neto (FCT-Unesp) e Jurandir Zullo Jr (Cepagri-Unicamp) – trata das mudanças climáticas sob quatro perspectivas: relações internacionais e políticas públicas, mitigação, adaptação e consequências aos sistemas naturais. O livro pode ser acessado gratuitamente em: <<http://www.iea.usp.br/cienciasambientais/climatechangeandsouthamerica.pdf>>.

Cepam e Ipea selecionam bolsistas para pesquisa

O Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam) abriu, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), inscrições para selecionar dois bolsistas com mestrado concluído para a pesquisa: *Fortalecimento Institucional e Qualificação da Gestão Municipal no Estado de São Paulo*. O trabalho visa a realizar levantamento da situação da Gestão Pública dos Municípios (GPM) do estado de São Paulo para avaliar o nível de qualificação e identificar os principais entraves ao fortalecimento institucional, com o intuito de favorecer o aprimoramento da governabilidade, da

transparência e da eficácia da ação pública municipal paulista. O foco da análise incidirá sobre a capacidade de gestão. A carga horária exigida pela pesquisa é de 25 horas semanais, e a remuneração é de R\$ 1.500,00 por mês. É necessário ter disponibilidade para viajar durante 2 a 3 meses para realizar entrevistas nos municípios selecionados para o trabalho (previsão de viagem: fevereiro e março). Os interessados devem encaminhar currículo ao e-mail <mcmcruz@sp.gov.br>, com cópia para <sbio@sp.gov.br>. Para mais informações, telefonar para Sílvia Bio (11-3811-0379) ou Carminha (11-3811-0378).

Fullbright abre inscrições para bolsas em 2010

A Fullbright abriu inscrições para bolsas nos EUA para o ano acadêmico agosto de 2010-junho de 2011 em todas as áreas. O auxílio-pesquisa varia de US\$ 2.000 a US\$ 7.000 mensais, e a bolsa mensal é de US\$ 1.300, concedida por 9 meses. Os candidatos devem estar matriculados em doutorado reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e apresentar projetos de pesquisa de excelência a serem conduzidos em uma instituição estadunidense. As inscrições estendem-se até 28 de fevereiro de 2010.

Para mais informações, ver: <<http://www.fulbright.org.br/bolsas32.html>>.

Conferência sobre decrescimento econômico será realizada em Barcelona

A Segunda Conferência Internacional sobre Decrescimento Econômico para Sustentabilidade Ecológica e Igualdade Social ocorrerá em março de 2010, em Barcelona. O formato do evento envolverá discussões em pequenos grupos de trabalho, que redigirão propostas para uma assembleia geral. Tais grupos desenvolverão propostas de políticas e apontarão prioridades de pesquisa no que diz respeito ao decrescimento sustentável. Mais informações podem ser obtidas em: <www.degrowth.net/-Barcelona2010>.